

ÍNDICE GERAL

COORDENADORES E AUTORES	5
NOTA PRÉVIA	9
CAPÍTULO I. ARBITRABILIDADE	11
1. Introdução	15
2. Arbitrabilidade subjetiva	16
3. Arbitrabilidade objetiva	19
3.1. Critérios gerais de arbitrabilidade objetiva	19
3.2. Algumas questões especiais	21
3.2.1. Introdução	21
3.2.2. Litígios concorrenciais	23
3.2.3. Litígios societários	24
3.2.4. Litígios sobre valores mobiliários	29
4. Lei aplicável à arbitrabilidade	29
CAPÍTULO II. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	35
1. Caracterização geral	40
1.1. Relevo e alcance	40
1.2. Fontes e regulação	46
1.3. Caráter de negócio jurídico processual	48
1.4. Conteúdo	51
1.4.1. Aspectos gerais	51
1.4.2. Inadmissibilidade de convenções <i>omnibus</i>	52
1.4.3. Remissão para regulamento	53
1.5. Consentimento	54

1.5.1.	Aspetos gerais	54
1.5.2.	Consentimento e determinação da qualidade de parte na convenção de arbitragem	55
1.6.	O Estado parte na convenção de arbitragem	58
2.	Tipos e classificações	59
2.1.	Cláusula compromissória e compromisso arbitral	59
2.2.	Cláusulas multipartes	61
2.3.	Cláusulas assimétricas	62
2.4.	Cláusulas combinadas	62
2.5.	Cláusulas escalonadas	63
2.6.	Cláusulas cheias e vazias	65
2.7.	Cláusulas “patológicas”	67
3.	Efeitos	67
3.1.	Efeito positivo	67
3.2.	Efeito negativo	68
3.3.	Competência-competência	73
4.	Separabilidade ou autonomia da convenção de arbitragem	79
5.	Lei aplicável: remissão	82
6.	Validade (formal e substancial)	82
7.	Interpretação	91
8.	Vicissitudes: transmissão e cessação	93
CAPÍTULO III. TRIBUNAL ARBITRAL		97
1.	Constituição do Tribunal	101
1.1.	Quem pode ser árbitro? (incluindo exigências legais, contratuais, previstas em regulamentos de instituições arbitrais ou em <i>soft law</i>)	104
1.2.	Designação de árbitros	106
1.2.1.	Formas de designação dos árbitros (pelas partes, pela instituição arbitral e pelo juízo estatal)	106
1.2.2.	A designação dos árbitros em arbitragens multipartes – remissão	112
1.3.	Secretário do Tribunal Arbitral: nomeação e limites da sua função	112
1.4.	Efeitos da constituição do Tribunal Arbitral	117
2.	Deontologia do árbitro	119
2.1.	O papel do árbitro: entre direitos e deveres	119
2.2.	Imparcialidade	121
2.3.	Independência	131
2.4.	Dever de revelação	134

2.5. Competência	142
2.6. Diligência	143
3. Impugnação de árbitros	144
3.1. Fundamentação do pedido de impugnação	147
3.2. Procedimento para a impugnação de árbitros	156
4. Substituição do árbitro	161
5. Árbitro de emergência	167

CAPÍTULO IV. DIREITO APLICÁVEL À CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM E AO MÉRITO

1. Direito aplicável à convenção de arbitragem	176
2. Direito aplicável ao mérito	180
2.1. Introdução	180
2.2. Escolha de lei pelas partes	181
2.3. Lei aplicável na falta de escolha	187
2.4. Usos e costumes	188
2.5. Julgamento segundo a equidade	190
2.6. Normas de aplicação necessária e imediata	191
2.7. Ordem pública internacional	195

CAPÍTULO V. ORGANIZAÇÃO, REGRAS E CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL

1. Introdução	203
2. A relevância do lugar da arbitragem para o procedimento arbitral	204
3. Escolha das Regras do Procedimento Arbitral e Limites	205
4. Etapas Típicas do Procedimento	208
4.1. Fase inicial	208
4.2. Fase das alegações escritas	212
4.3. Fase oral: a audiência	213
4.4. Fase final e a sentença arbitral	215
5. Incidentes do Procedimento e <i>Due Process Paranoia</i>	220

CAPÍTULO VI. PROVA

1. Introdução	231
2. Considerações Preliminares	231
2.1. A prova na arbitragem	231
2.2. A autonomia das partes e os poderes dos árbitros na configuração das regras probatórias	234
2.3. Ônus da prova – nota introdutória	236

3. Atividade Probatória	238
3.1. Ónus da prova – perspectiva subjetiva	238
3.2. Meios de prova	243
3.2.1. Introdução	243
3.2.2. Prova documental	246
3.2.2.1. Prazo para apresentação de documentos	247
3.2.2.2. Adstrição das partes à obrigação de apresentarem documentos	252
3.2.3. Prova testemunhal	263
3.2.3.1. Propositura	265
3.2.3.2. Depoimento testemunhal da parte	271
3.2.3.3. Testemunha não colaborante	272
3.2.3.4. Inquirição das testemunhas	274
3.2.4. Prova pericial	277
3.2.4.1. Propositura	279
3.2.4.2. Peritos do tribunal e/ou peritos das partes	280
3.2.4.3. Conteúdo e cumprimento dos deveres do perito	283
3.2.4.4. Impugnação do perito designado pelo tribunal	286
4. Resultado probatório	287
4.1. O efeito confessório da revelia e a admissão por falta de impugnação	287
4.2. O conhecimento privado do árbitro	289
4.3. Apreciação da prova. Força probatória	291
4.4. Inferências adversas	294
4.5. Medida da prova	298
4.6. Ónus da prova – perspectiva objetiva	300
CAPÍTULO VII. TUTELA CAUTELAR	301
1. Introdução	304
2. Considerações prévias sobre o direito aplicável	305
3. Providências cautelares decretadas por tribunais arbitrais	309
3.1. Admissibilidade e definição	309
3.2. As ordens preliminares e a admissibilidade de concessão de medidas <i>ex parte</i>	324
3.3. Regime das providências cautelares decretadas por tribunais arbitrais	328

3.3.1. Requisitos do decretamento de providências cautelares e ordens preliminares	328
3.3.2. Outros aspetos comuns relativos ao regime das providências cautelares e ordens preliminares	333
3.3.2.1. Modificação, suspensão e revogação	334
3.3.2.2. Prestação de garantias ou caução	337
3.3.2.3. Dever de revelação	338
3.3.2.4. Responsabilidade do requerente	339
3.4. Regime específico das ordens preliminares	341
3.5. Reconhecimento e execução das providências cautelares	343
4. Providências cautelares decretadas por tribunais estaduais	348
5. <i>Anti-suit injunctions</i> e <i>anti-arbitration injunctions</i>	355
FONTES CITADAS	365
ÍNDICE GERAL	369

